

AUDITORIA PÚBLICA

Mestrado em Gestão das Organizações

Código: 9292172

Área Científica Predominante: Auditoria

Docente: Sara Alexandra Eira Serra

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 60h Carga Trabalho: 102h

ECTS: 6,0

Objetivos

A unidade curricular de Auditoria Pública visa dotar os alunos de capacidade teórico-prática para a realização de auditorias no Sector Público, quer como auditores internos ou externos quer como técnicos auxiliares de Revisores Oficiais de Contas.

Resultados da Aprendizagem

No final da unidade curricular os alunos deverão estar aptos para executar uma auditoria pública, nomeadamente, para definir a estratégia e o planeamento da auditoria, avaliar o risco e o sistema de controlo interno, utilizar os métodos e técnicas de auditoria, elaborar os documentos de trabalho e emitir os respetivos relatórios. Neste sentido, no final do semestre, os alunos deverão ser capazes de:

- Explicitar e compreender os principais conceitos de auditoria pública;
- Analisar e resolver estudos de caso de auditoria;
- Resolver exercícios de controlo interno.

Conteúdos Programáticos

1. Enquadramento da Auditoria Pública
 - 1.1. Definições e objetivos da Auditoria Pública
 - 1.2. Justificação de uma Auditoria Pública
 - 1.3. Utilidade da Auditoria Pública
 - 1.4. Tipos de Auditoria Pública
2. Organismos profissionais e normas de auditoria pública
 - 2.1. Normas de auditoria da INTOSAI

- 2.2. Normas de auditoria da IFAC
- 2.3. Norma do Tribunal de Contas
- 2.4. Normas da OROC
- 3. Controlo Interno da Administração Financeira do Estado
 - 3.1. Função de controlo no âmbito do sector Público
 - 3.2. Sistema de Controlo da Administração Financeira do Estado
 - 3.3. Tipos de controlo
- 4. O controlo externo do Tribunal de Contas
 - 4.1. Competências e estrutura do Tribunal de Contas
 - 4.2. Tipo de auditorias
 - 4.3. Efetivação de responsabilidade financeira
- 5. Planeamento da Auditoria Pública
 - 5.1. Princípios gerais de uma auditoria
 - 5.2. Análise do processo de seleção da entidade auditada
 - 5.3. Elaboração da estratégia e do plano de auditoria
 - 5.4. Compreensão da entidade e do seu meio envolvente
 - 5.5. Procedimentos de avaliação do risco
 - 5.6. Risco de auditoria
 - 5.7. Materialidade
 - 5.8. Utilizar os trabalhos de auditores internos
 - 5.9. Utilizar os trabalhos de peritos externos
- 6. Avaliação do Sistema de Controlo Interno
 - 6.1. Objetivos e princípios gerais do controlo interno
 - 6.2. Tipo de controlo
 - 6.3. Componentes do controlo interno
 - 6.4. Aprovação e Divulgação do Manual de Controlo Interno

6.5. Avaliação do Controlo Interno

6.6. Controlo interno na área dos Meios Financeiros Líquidos

6.7. Controlo interno na área das Inventários

6.8. Controlo interno na área dos Ativos Fixos

6.9. Controlo interno na área das aquisições e contas a pagar

6.10. Controlo interno na área das Vendas e Prestação de Serviços

6.12. Controlo interno na área dos Recursos Humanos

6.9. Controlo interno na área do Endividamento

6.13. Limitação do sistema de controlo interno

6.4. Planos de Gestão de Risco de Corrupção e Infrações Conexas

7. Execução da Auditoria Pública

7.1. Análise do processo de obtenção da prova de auditoria

7.2. Testes aos controlos

7.3. Procedimentos substantivos

7.4. Asserções

7.5. Procedimentos e testes de auditoria na área dos Meios Financeiros Líquidos

7.6. Procedimentos e testes de auditoria na área das Inventários

7.7. Procedimentos e testes de auditoria na área dos Ativos Fixos

7.8. Procedimentos e testes de auditoria na área das Aquisições de Bens e Serviços

7.9. Procedimentos e testes de auditoria Vendas e Prestação de serviços

7.10. Procedimentos e testes de auditoria na área de Recursos Humanos

7.11. Procedimentos e testes de auditoria na área do Endividamento

7.12. Técnicas de amostragem

7.13. Documentação do trabalho da Auditoria Pública

8. Relato da Auditoria Pública

8.1. Avaliação dos resultados

8.2. Relatórios de auditoria

8.3. Seguimento da auditoria

Bibliografia Recomendada

Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

Tribunal de Contas. (1999). Manual do Tribunal de contas, Volume I.

Tribunal de Contas. (2016). Manual auditoria, princípios fundamentais.

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Os conteúdos programáticos foram definidos tendo por base os objetivos que se pretendem alcançar para esta unidade curricular, bem como as competências a adquirir pelos estudantes. Assim, no primeiro capítulo faz-se um enquadramento da auditoria pública, para que o aluno possa entender a sua função e âmbito.

O segundo capítulo aborda as normas de auditoria pública e os organismos profissionais, de forma a que os estudantes percebam quais os normativos aplicáveis ao setor público.

O terceiro e quarto capítulo abordam o controlo interno e externo, realizado pela Administração Financeira do Estado e pelo Tribunal de Contas.

Os capítulos seguintes versam sobre as fases de auditoria, nomeadamente, o planeamento da auditoria, a avaliação do sistema de controlo interno e a execução de procedimentos de auditoria. Neste âmbito é, ainda, abordada a documentação de trabalho e os relatórios de auditoria. A aprendizagem destes conteúdos dotará os alunos de conhecimentos e capacidades para realizar uma auditoria no setor público.

Métodos de Avaliação

Avaliação contínua:

Trabalho individual = 50% (40% para o trabalho escrito + 10% para a apresentação e discussão do trabalho escrito)

Resolução de exercícios – 50 %

Restantes épocas de avaliação emelhoria de nota

Exame escrito = 100%